

SEINESP

Sindicato de Empresas de Internet
do Estado de São Paulo

REFORMA TRABALHISTA

Temas, mudanças e comentários



**Publicação do Sindicato das Empresas de Internet
do Estado de São Paulo - SEINESP**

Rua da Quitanda, 96 – conj. 31 – Centro | 01012-010 São Paulo, SP
(11) 3078-3058 | seinesp@seinesp.org.br | www.seinesp.org.br

Outubro / 2017

Elaboração: Dr. Renato Antonio Villa Custodio, sócio do escritório
Custodio e Bissetti Advogados Associados (www.cebadv.com.br)

Projeto gráfico e editoração:
Acadêmica Agência de Comunicação.

A nova legislação trabalhista

Vamos todos – empresas, trabalhadores e o País – ganhar com ela.

No dia 14 de julho de 2017 foi publicada no Diário Oficial a Lei nº 13.467, que ficou popularmente conhecida como a “reforma trabalhista”.

O Seinesp trabalhou pela aprovação desta lei. Somos um setor da Era Digital, da moderna economia, e não podíamos continuar com uma legislação trabalhista, a CLT, originada há 74 anos, quando não havia sequer televisão no Brasil.

O novo texto legal contém dezenas de alterações e inovações à CLT, com o intuito de modernizar as relações de trabalho.

O período de vacância da Lei, que se trata do tempo entre a publicação e o início de sua vigência, terminará no dia 10 de novembro de 2017. A partir de então, suas disposições se tornarão obrigatórias.

É, portanto, de suma importância que os gestores tenham pleno conhecimento das disposições da nova Lei para que possam tomar decisões com segurança.

A reforma trabalhista sofrerá um período de maturação, oportunidade em que os sindicatos, o Ministério Público e a Justiça do Trabalho reagirão, cada qual a sua maneira, acatando ou não as novas regras, declarando-as constitucionais ou inconstitucionais, aplicáveis ou inaplicáveis.

Os gestores devem estar em pleno alinhamento com essas reações, de maneira a extrair o que há de melhor na reforma trabalhista.

Ao mesmo tempo, todas as disposições da nova lei devem ser profundamente conhecidas pelos gestores, com a finalidade não só de incrementar as relações de trabalho, mas também de se evitar a criação de passivo trabalhista.

Para tanto, o Seinesp encomendou o presente estudo ao dr. Renato Antonio Villa Custodio, que fez uma cuidadosa comparação entre o que constava na CLT e as novidades da reforma trabalhista, incluindo breves comentários sobre as alterações.

Assim, o objetivo do Seinesp com a presente publicação é municiar o gestor das informações necessárias à melhor tomada de decisão, com o máximo de segurança jurídica possível.

Carlos Bernardi, presidente do Seinesp

Índice

CAPÍTULO I

CLT E LEI 13.467/2017

COMENTÁRIOS	6
GRUPO ECONÔMICO.....	6
TEMPO À DISPOSIÇÃO	7
APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	7
SÓCIO RETIRANTE	8
PRESCRIÇÃO	8
AUTUAÇÃO POR FALTA DE REGISTRO	9
HORÁRIO <i>IN ITINERE</i>	10
REGIME DE TEMPO PARCIAL	10
BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO	11
INSALUBRIDADE.....	13
HORAS EXTRAS/LIMITE MÁXIMO.....	13
TELETRABALHO	13
FÉRIAS.....	15
REPARAÇÃO DANO EXTRAPATRIMONIAL	15
INSALUBRIDADE - GESTANTE/LACTANTE	17
LICENÇA AMAMENTAÇÃO	18
TRABALHO INTERMITENTE	18
UNIFORME	18
REMUNERAÇÃO	19
EQUIPARAÇÃO SALARIAL	20
ALTERAÇÃO DO CONTRATO	21
JUSTA CAUSA	22
EXTINÇÃO POR MÚTUO ACORDO	23
CLÁUSULA ARBITRAL.....	23
QUITAÇÃO ANUAL	23
COMISSÃO DE REPRESENTANTES.....	24
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	26
CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO	27
PREVALÊNCIAS DOS ACORDOS	31
VALOR DAS MULTAS	31
COMPETÊNCIA.....	31
SÚMULAS - REGRAS DE APROVAÇÃO	31
CONTAGEM DE PRAZOS	32
LIMITE CUSTAS.....	33

JUSTIÇA GRATUITA	33
HONORÁRIOS PERICIAIS	34
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	34
DANO PROCESSUAL.....	35
EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	36
ÔNUS DA PROVA.....	37
PETIÇÃO INICIAL	38
DESISTÊNCIA.....	38
PREPOSTO	38
ARQUIVAMENTO/REVELIA	39
DEFESA PJE	39
INCIDENTE DE DESPERSON. PJ.....	40
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL	40
RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS	41
EXECUÇÃO	41
CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO	41
GARANTIA DO JUÍZO	42
BNDT OU PROTESTO.....	42
GARANTIA DO JUÍZO	42
RECURSO DE REVISTA	43
DEPÓSITO RECURSAL.....	45

CAPÍTULO II

LEI 6.019/74 E LEI 13.467/2017

COMENTÁRIOS	46
TERCEIRIZAÇÃO.....	46

CAPÍTULO III

LEI 8.036/90 E LEI 13.467/2017

COMENTÁRIOS	48
LEI FGTS.....	48

CAPÍTULO IV

LEI 8.212/91 E LEI 13.467/2017

COMENTÁRIOS	49
LEI CUSTEIO INSS.....	49

Capítulo I

CLT e Lei 13.467/2017

Comentários

CLT	LEI 13.467/2017	COMENTÁRIOS
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:	
	Art. 1o A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:	

GRUPO ECONÔMICO

	“Art. 2o	
§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.	§ 2o Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.	<i>Ficou mantida a responsabilidade solidária em caso de grupo econômico</i>
	§ 3o Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.” (NR)	<i>Foi excluído como critério de existência de grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessária a comunhão de interesses e atuação conjunta.</i>

TEMPO À DISPOSIÇÃO

	“Art. 4o	
Parágrafo único - Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar ... (VETADO) ... e por motivo de acidente do trabalho. (Incluído pela Lei nº 4.072, de 16.6.1962)	§ 1o Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.	<i>Houve apenas ajuste na numeração.</i>
	§ 2o Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1o do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras:	<i>Não mais é considerado o tempo à disposição o período em que o empregado permanece nas dependências da empresa para o exercício das atividades descritas abaixo.</i>
	I - práticas religiosas; II - descanso; III - lazer; IV - estudo; V - alimentação; VI - atividades de relacionamento social; VII - higiene pessoal; VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.” (NR)	<i>Relação das atividades.</i>

APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA

	“Art. 8o	
Parágrafo único - O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.	§ 1o O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho.	<i>Aplicação do direito comum como fonte subsidiária do direito do trabalho.</i>
	§ 2o Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.	<i>Limita o alcance das súmulas do TST e dos TRTs.</i>

	<p>§ 3o No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.” (NR)</p>	<p><i>Privilegia a autonomia da vontade coletiva.</i></p>
--	---	---

SÓCIO RETIRANTE

	<p>“Art. 10-A. O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: I - a empresa devedora; II - os sócios atuais; e III - os sócios retirantes. Parágrafo único. O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.”</p>	<p><i>Limita a responsabilidade do sócio que se retirou da sociedade ao período até dois anos depois de sua saída.</i></p>
--	--	--

PRESCRIÇÃO

	<p>“Art. 11. A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. I - (revogado); II - (revogado).</p>	<p><i>Unificou a prescrição rural e urbana.</i></p>
	<p>§ 2o Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei. § 3o A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.” (NR)</p>	<p><i>A prescrição de parcela sucessivas é total, salvo quando prevista em Lei.</i></p>

	“Art. 11-A. Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.	<i>Reconhece a prescrição intercorrente, assim considerada a prescrição que ocorre pela inércia do exequente, já no curso da execução.</i>
	§ 1o A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.	<i>Estabelece o início do prazo prescricional.</i>
	§ 2o A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.”	<i>Permite a declaração de ofício e em qualquer grau.</i>

AUTUAÇÃO POR FALTA DE REGISTRO

Art. 47 - A empresa que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 e seu parágrafo único, incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional, por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)	“Art. 47. O empregador que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência.	<i>Fixa o valor da multa.</i>
Parágrafo único. As demais infrações referentes ao registro de empregados sujeitarão a empresa à multa de valor igual à metade do salário-mínimo regional, dobrada na reincidência. (Parágrafo incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)	§ 1o Especificamente quanto à infração a que se refere o caput deste artigo, o valor final da multa aplicada será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por empregado não registrado, quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte.	<i>Reduz a multa para microempresa ou empresa de pequeno porte.</i>
	§ 2o A infração de que trata o caput deste artigo constitui exceção ao critério da dupla visita.” (NR)	<i>Afasta a hipótese da dupla visita.</i>
	“Art. 47-A. Na hipótese de não serem informados os dados a que se refere o parágrafo único do art. 41 desta Consolidação, o empregador ficará sujeito à multa de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por empregado prejudicado.”	<i>Fixa multa pela não informação de dados.</i>

HORÁRIO IN ITINERE

	“Art. 58.	
§ 2o O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)	§ 2o O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.	<i>Elimina a hipótese do horário in itinere.</i>
§ 3o Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração. (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006)	§ 3o (Revogado).” (NR)	<i>Idem.</i>

REGIME DE TEMPO PARCIAL

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)	“Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.	<i>Incrementa o tempo relativo ao regime de tempo parcial.</i>
	
	§ 3o As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.	<i>Prevê pagamento de adicional para horas suplementares em tempo parcial.</i>

	§ 4o Na hipótese de o contrato de trabalho em regime de tempo parcial ser estabelecido em número inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins do pagamento estipulado no § 3o, estando também limitadas a seis horas suplementares semanais.	<i>Fixa como horas extras as horas as horas suplementares na jornada em tempo parcial.</i>
	§ 5o As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.	<i>Permite a compensação da jornada até a semana subsequente.</i>
	§ 6o É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.	<i>Permite a conversão de 1/3 das férias em abono.</i>
	§ 7o As férias do regime de tempo parcial são regidas pelo disposto no art. 130 desta Consolidação.” (NR)	<i>Remete a regulamentação das férias ao artigo 130.</i>

BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO

Art. 59 - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.	“Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.	<i>Esclarece as formas de acréscimo de jornada.</i>
§ 1º - Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal. (Vide CF, art. 7º inciso XVI)	§ 1o A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.	<i>Atende ao disposto na Constituição, fixando o adicional de horas extras em 50%.</i>

<p>§ 3º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. (Incluído pela Lei nº 9.601, de 21.1.1998)</p>	<p>§ 3o Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos §§ 2o e 5o deste artigo, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.</p>	<p><i>Estabelece o pagamento da jornada não compensada.</i></p>
<p>§ 4o Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)</p>	<p>§ 4o (Revogado).</p>	<p><i>Retira a vedação de horas extras aos empregados em tempo parcial.</i></p>
	<p>§ 5o O banco de horas de que trata o § 2o deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.</p>	<p><i>Permite a fixação de banco de horas por acordo individual.</i></p>
	<p>§ 6o É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.” (NR)</p>	<p><i>Permite a fixação da compensação de jornada por acordo individual, escrito ou tácito.</i></p>
	<p>Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5o do art. 73 desta Consolidação.”</p>	<p><i>Considera inserido no cômputo das horas extras o DSR e já compensados os feriados.</i></p>
	<p>“Art. 59-B. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional. Parágrafo único. A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.”</p>	<p><i>Prevê o pagamento apenas do adicional no caso de nulidade do acordo de compensação de horas, não sendo necessária a repetição do pagamento das horas.</i></p>

INSALUBRIDADE

<p>Art. 60 - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo “Da Segurança e da Medicina do Trabalho”, ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim.</p>	<p>“Art. 60. Parágrafo único. Excetuam-se da exigência de licença prévia as jornadas de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.” (NR)</p>	<p><i>Exceção da licença prévia a prorrogação de horas para a jornada 12 x 36.</i></p>
--	--	--

HORAS EXTRAS/LIMITE MÁXIMO

	<p>“Art. 61.”</p>	
<p>§ 1º - O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 10 (dez) dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.</p>	<p>§ 1º O excesso, nos casos deste artigo, pode ser exigido independentemente de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.” (NR)</p>	<p><i>Afasta a necessidade de comunicação ao Ministério do Trabalho em caso de se exceder ao limite máximo de horas extras.</i></p>

TELETRABALHO

	<p>“TÍTULO II</p>	
	<p>CAPÍTULO II-A DO TELETRABALHO ‘Art. 75-A. A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho observará o disposto neste Capítulo.’</p>	<p><i>Autoriza o trabalho realizado fora das dependências da empresa por meios de tecnologia da informação e comunicação.</i></p>

	Art. 75-B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.	<i>Idem.</i>
	Parágrafo único. O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.'	<i>Idem.</i>
	Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.	<i>Exige a previsão expressa em contrato de trabalho.</i>
	§ 1o Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.	<i>Autoriza a alteração do contrato de trabalho por mútuo acordo.</i>
	§ 2o Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.'	<i>Permite a reversão do regime de teletrabalho.</i>
	Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito. Parágrafo único. As utilidades mencionadas no caput deste artigo não integram a remuneração do empregado.'	<i>Estabelece que os custos de aquisição e manutenção serão previstas em contrato e não integram a remuneração.</i>
	Art. 75-E. O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho. Parágrafo único. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.'"	<i>Prevê a necessidade de orientação sobre doenças e acidentes do trabalho no teletrabalho.</i>

FÉRIAS

	“Art. 134.	
§ 1º - Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)	§ 1o Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.	<i>Permite a concessão de férias em três períodos, sendo um de 14 dias, no mínimo, e os outros dois de 5 dias, no mínimo, cada um.</i>
§ 2º - Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)	§ 2o (Revogado).	<i>Revoga a impossibilidade de que as férias sejam fracionadas aos menores de 18 e maiores de 50 anos.</i>
	§ 3o É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.” (NR)	<i>Proíbe o início das férias no período de dois dias antes de feriado ou repouso.</i>

REPARAÇÃO DANO EXTRAPATRIMONIAL

	“TÍTULO II-A DO DANO EXTRAPATRIMONIAL	
	Art. 223-A. Aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título.’	<i>Fixa os critérios para a indenização reparatória do dano extrapatrimonial.</i>
	Art. 223-B. Causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação.’	<i>idem.</i>
	Art. 223-C. A honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.’	<i>idem.</i>
	Art. 223-D. A imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondência são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica.’	<i>idem.</i>
	Art. 223-E. São responsáveis pelo dano extrapatrimonial todos os que tenham colaborado para a ofensa ao bem jurídico tutelado, na proporção da ação ou da omissão.’	<i>idem.</i>

	Art. 223-F. A reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.	<i>idem.</i>
	§ 1o Se houver cumulação de pedidos, o juízo, ao proferir a decisão, discriminará os valores das indenizações a título de danos patrimoniais e das reparações por danos de natureza extrapatrimonial.	<i>idem.</i>
	§ 2o A composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, não interfere na avaliação dos danos extrapatrimoniais.'	<i>idem.</i>
	Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará: I - a natureza do bem jurídico tutelado; II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação; III - a possibilidade de superação física ou psicológica; IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão; V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa; VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral; VII - o grau de dolo ou culpa; VIII - a ocorrência de retratação espontânea; IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa; X - o perdão, tácito ou expresso; XI - a situação social e econômica das partes envolvidas; XII - o grau de publicidade da ofensa.	<i>idem.</i>
	§ 1o Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.	<i>idem.</i>

	§ 2o Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1o deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.	<i>idem.</i>
	§ 3o Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.”	<i>idem.</i>

INSALUBRIDADE - GESTANTE/LACTANTE

Art. 394-A. A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre. (Incluído pela Lei nº 13.287, de 2016)	“Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação; III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação.	<i>Limita as hipóteses de labor em atividades insalubres pela empregada gestante ou lactante.</i>
	§ 1o	
	§ 2o Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.	<i>idem.</i>
	§ 3o Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada nos termos do caput deste artigo exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade, nos termos da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, durante todo o período de afastamento.” (NR)	<i>idem.</i>

LICENÇA AMAMENTAÇÃO

	“Art. 396.	
	§ 1o	
	§ 2o Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.” (NR)	<i>Permite a negociação da licença amamentação em acordo entre a empregada e o empregador.</i>

TRABALHO INTERMITENTE

Art. 443 - O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.	“Art. 443. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.	<i>Inclui o trabalho intermitente.</i>
	§ 3o Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.” (NR)	<i>Regula o trabalho intermitente</i>

UNIFORME

	“Art. 456-A. Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.	<i>Autoriza a utilização de uniforme, inclusive com logomarcas.</i>
	Parágrafo único. A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, salvo nas hipóteses em que forem necessários procedimentos ou produtos diferentes dos utilizados para a higienização das vestimentas de uso comum.”	<i>Afasta a hipótese de custeio de higienização dos uniformes pelo empregador.</i>

REMUNERAÇÃO

	“Art. 457.	
§ 1º - Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953)	§ 1º Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.	<i>Afasta a natureza remuneratória as diárias de viagens e abonos.</i>
§ 2º - Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953)	§ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.	<i>Retiram a natureza remuneratória da ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, prêmios e abonos.</i>
	
§ 4º A gorjeta mencionada no § 3º não constitui receita própria dos empregadores, destina-se aos trabalhadores e será distribuída segundo critérios de custeio e de rateio definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho. (Incluído pela Lei nº 13.419, de 2017)	§ 4º Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.” (NR)	<i>Cria os critérios do prêmio.</i>
Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações “in natura” que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)	“Art. 458.	

	<p>§ 5o O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, pró-teses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea q do § 9o do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p><i>Fixa que os serviços médicos e odontológicos e reembolso de despesas médicas e afins não integram o salário.</i></p>
--	---	--

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

<p>Art. 461 - Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade. (Redação dada pela Lei nº 1.723, de 8.11.1952)</p>	<p>“(NR) “Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.</p>	<p><i>Inclui a etnia como hipótese que veda a distinção salarial.</i></p>
	<p>§ 1o Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.</p>	<p><i>Acrésceta o tempo de serviço de 4 anos como critério para a equiparação, além dos 2 anos de tempo na função, já existentes.</i></p>
	<p>§ 2o Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.</p>	<p><i>Simplifica a hipótese do quadro de carreira.</i></p>
<p>§ 3º - No caso do parágrafo anterior, as promoções deverão ser feitas alternadamente por merecimento e por antiguidade, dentro de cada categoria profissional. (Incluído pela Lei nº 1.723, de 8.11.1952)</p>	<p>§ 3o No caso do § 2o deste artigo, as promoções poderão ser feitas por merecimento e por antiguidade, ou por apenas um destes critérios, dentro de cada categoria profissional.</p>	<p><i>idem.</i></p>

	§ 5o A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.	<i>Cria multa em caso de discriminação por motivo de sexo ou etnia.</i>
--	---	---

ALTERAÇÃO DO CONTRATO

	“Art. 468.	
	§ 1o	
	§ 2o A alteração de que trata o § 1o deste artigo, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente, que não será incorporada, independentemente do tempo de exercício da respectiva função.” (NR)	<i>Afasta a hipótese de integração de gratificação em caso de reversão de cargo de confiança.</i>
	“Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.	<i>Atualiza a redação do caput, excluindo a indenização.</i>
	§ 1o (Revogado).	<i>Afasta a necessidade de homologação da rescisão contratual.</i>
	§ 3o (Revogado).	<i>idem.</i>
	§ 4o O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado: I - em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado, conforme acordem as partes; ou II - em dinheiro ou depósito bancário quando o empregado for analfabeto.	<i>Atualiza a redação, incluindo o depósito bancário.</i>
	§ 6o A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato. a) (revogada); b) (revogada).	<i>Fixa em 10 dias o prazo para quitação, independentemente da forma do aviso prévio.</i>

§ 7º - O ato da assistência na rescisão contratual (§§ 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)	§ 7o (Revogado).	<i>Perdeu o objeto, pela supressão da homologação.</i>
	§ 10. A anotação da extinção do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social é documento hábil para requerer o benefício do seguro-desemprego e a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nas hipóteses legais, desde que a comunicação prevista no caput deste artigo tenha sido realizada.” (NR)	<i>Regulamenta a movimentação do FGTS e recebimento do seguro desemprego.</i>
	“Art. 477-A. As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.	<i>Afasta a limitação para a dispensa em massa.</i>
	“Art. 477-B. Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.”	<i>Prevê que a adesão ao PDV tem efeito liberatório.</i>

JUSTA CAUSA

	“Art. 482.” (NR)	
	m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.	<i>Acrescenta a perda da habilitação como hipótese para a justa causa.</i>
” (NR)	

EXTINÇÃO POR MÚTUO ACORDO

<p>Art. 484 - Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.</p>	<p>“Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: I - por metade: a) o aviso prévio, se indenizado; e b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1o do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas.</p>	<p><i>Cria a possibilidade de extinção do contrato pela vontade mútua das partes, reduzindo o aviso prévio pela metade, assim como a indenização de 40%.</i></p>
	<p>§ 1o A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos. § 2o A extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro Desemprego.”</p>	<p><i>Limita a movimentação do FGTS a 80% do saldo da conta.</i></p>

CLÁUSULA ARBITRAL

	<p>“Art. 507-A. Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.”</p>	<p><i>Autorização a arbitragem para contratos cuja remuneração seja superior a duas vezes o benefício máximo previdenciário.</i></p>
--	--	--

QUITAÇÃO ANUAL

	<p>“Art. 507-B. É facultado a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria. Parágrafo único. O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.”</p>	<p><i>Prevê a possibilidade de se obter quitação anual perante o Sindicato.</i></p>
--	---	---

COMISSÃO DE REPRESENTANTES

	<p>“TÍTULO IV-A DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS ‘Art. 510-A. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.</p>	<p><i>Cria a obrigação para que as empresas com mais de duzentos empregados elejam uma comissão de representantes.</i></p>
	<p>§ 1o A comissão será composta: I - nas empresas com mais de duzentos e até três mil empregados, por três membros; II - nas empresas com mais de três mil e até cinco mil empregados, por cinco membros; III - nas empresas com mais de cinco mil empregados, por sete membros.</p>	<p><i>Fixa o número de representantes.</i></p>
	<p>§ 2o No caso de a empresa possuir empregados em vários Estados da Federação e no Distrito Federal, será assegurada a eleição de uma comissão de representantes dos empregados por Estado ou no Distrito Federal, na mesma forma estabelecida no § 1o deste artigo.’</p>	<p><i>Regulamenta a comissão.</i></p>
	<p>Art. 510-B. A comissão de representantes dos empregados terá as seguintes atribuições: I - representar os empregados perante a administração da empresa; II - aprimorar o relacionamento entre a empresa e seus empregados com base nos princípios da boa-fé e do respeito mútuo; III - promover o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho com o fim de prevenir conflitos; IV - buscar soluções para os conflitos decorrentes da relação de trabalho, de forma rápida e eficaz, visando à efetiva aplicação das normas legais e contratuais; V - assegurar tratamento justo e imparcial aos empregados, impedindo qualquer forma de discriminação por motivo de sexo, idade, religião, opinião política ou atuação sindical; VI - encaminhar reivindicações específicas dos empregados de seu âmbito de representação; VII - acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho.</p>	<p><i>Idem.</i></p>
	<p>§ 1o As decisões da comissão de representantes dos empregados serão sempre colegiadas, observada a maioria simples.</p>	<p><i>Idem.</i></p>
	<p>§ 2o A comissão organizará sua atuação de forma independente.’</p>	<p><i>Idem.</i></p>

	Art. 510-C. A eleição será convocada, com antecedência mínima de trinta dias, contados do término do mandato anterior, por meio de edital que deverá ser fixado na empresa, com ampla publicidade, para inscrição de candidatura.	<i>Idem.</i>
	§ 1o Será formada comissão eleitoral, integrada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, vedada a interferência da empresa e do sindicato da categoria.	<i>Idem.</i>
	§ 2o Os empregados da empresa poderão candidatar-se, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio, ainda que indenizado.	<i>Idem.</i>
	§ 3o Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação secreta, vedado o voto por representação.	<i>Idem.</i>
	§ 4o A comissão tomará posse no primeiro dia útil seguinte à eleição ou ao término do mandato anterior.	<i>Idem.</i>
	§ 5o Se não houver candidatos suficientes, a comissão de representantes dos empregados poderá ser formada com número de membros inferior ao previsto no art. 510-A desta Consolidação.	<i>Idem.</i>
	§ 6o Se não houver registro de candidatura, será lavrada ata e convocada nova eleição no prazo de um ano.'	<i>Idem.</i>
	Art. 510-D. O mandato dos membros da comissão de representantes dos empregados será de um ano.	<i>Idem.</i>
	§ 1o O membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão não poderá ser candidato nos dois períodos subsequentes.	<i>Idem.</i>
	§ 2o O mandato de membro de comissão de representantes dos empregados não implica suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, devendo o empregado permanecer no exercício de suas funções.	<i>Idem.</i>

	§ 3o Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da comissão de representantes dos empregados não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.	<i>Cria estabilidade ao representante eleito até um ano após o término do mandato.</i>
	§ 4o Os documentos referentes ao processo eleitoral devem ser emitidos em duas vias, as quais permanecerão sob a guarda dos empregados e da empresa pelo prazo de cinco anos, à disposição para consulta de qualquer trabalhador interessado, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho.”	<i>Regulamenta o processo eleitoral.</i>

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

	“Art. 545. Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados.	<i>Estabelece que a contribuição sindical somente poderá ser descontada mediante autorização expressa.</i>
” (NR)	
Art. 578 - As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação do “imposto sindical”, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo. (Vide Decreto-Lei nº 229, de 1967) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)	“Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.” (NR)	<i>Atualizada a nomenclatura para “contribuição”.</i>
Art. 579 - A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)	“Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.” (NR)	<i>O desconto da contribuição está condicionada a autorização expressa.</i>

<p>Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos sindicatos. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)</p>	<p>“Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a contribuição sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento aos respectivos sindicatos.” (NR)</p>	<p><i>idem.</i></p>
<p>Art. 583 - O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)</p>	<p>“Art. 583. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro, observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação.” (NR)</p>	<p><i>idem.</i></p>
<p>Art. 587. O recolhimento da contribuição sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requerirem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)</p>	<p>“Art. 587. Os empregadores que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requererem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.” (NR)</p>	<p><i>idem.</i></p>
<p>Art. 602 - Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da imposto sindical serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho. (Vide Lei nº 11.648, de 2008)</p>	<p>“Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.” (NR)</p>	<p><i>idem.</i></p>

CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

	<p>“Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:</p>	<p><i>Estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado.</i></p>
--	--	--

	<p>I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II - banco de horas anual; III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV - adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015; V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;</p>	<p><i>Relaciona os itens passíveis de prevalecer sobre a Lei.</i></p>
	<p>VI - regulamento empresarial; VII - representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X - modalidade de registro de jornada de trabalho; XI - troca do dia de feriado; XII - enquadramento do grau de insalubridade; XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; XIV - prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; XV - participação nos lucros ou resultados da empresa.</p>	<p><i>Relaciona os itens passíveis de prevalecer sobre a Lei.</i></p>
	<p>§ 1º No exame da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho observará o disposto no § 3º do art. 8º desta Consolidação.</p>	<p><i>Diz o artigo 8º., p. 3º.: § 3º No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.” (NR)</i></p>
	<p>§ 2º A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho não ensejará sua nulidade por não caracterizar um vício do negócio jurídico.</p>	<p><i>Afasta a necessidade de indicar expressamente as contrapartidas da negociação coletiva.</i></p>

	<p>§ 3o Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.</p>	<p><i>Torna obrigatória estabilidade no caso de redução de salário ou jornada.</i></p>
	<p>§ 4o Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando houver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.</p>	<p><i>Estende eventual nulidade de convenção ou acordo coletivo às cláusulas compensatórias.</i></p>
	<p>§ 5o Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes necessários, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos.”</p>	<p><i>Inclui os sindicatos como litisconsortes em ação individual ou coletiva de anulação de norma coletiva.</i></p>
	<p>“Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: I - normas de identificação profissional, inclusive as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);</p>	<p><i>Relaciona os direitos que não podem ser objeto de convenção ou acordo coletivo de trabalho que visem a redução ou supressão desses direitos.</i></p>
	<p>IV - salário mínimo; V - valor nominal do décimo terceiro salário; VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; VII - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; VIII - salário-família; IX - repouso semanal remunerado; X - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal; XI - número de dias de férias devidas ao empregado; XII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; XIII - licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias; XIV - licença-paternidade nos termos fixados em lei; XV - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XVI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; XVII - normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;</p>	<p><i>idem.</i></p>

	XVIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; XIX - aposentadoria; XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; XXI - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; XXII - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência; XXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; XXIV - medidas de proteção legal de crianças e adolescentes; XXV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;	<i>idem.</i>
	XXVI - liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador, inclusive o direito de não sofrer, sem sua expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho; XXVII - direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender; XXVIII - definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve; XXIX - tributos e outros créditos de terceiros; XXX - as disposições previstas nos arts. 373-A, 390, 392, 392-A, 394, 394-A, 395, 396 e 400 desta Consolidação. Parágrafo único. Regras sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo.”	<i>idem.</i>
	“Art. 614.	
§ 3º Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a 2 (dois) anos. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)	§ 3o Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.” (NR)	

PREVALÊNCIAS DOS ACORDOS

Art. 620. As condições estabelecidas em Convenção quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo.	Art. 620. As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho. (NR)	<i>Inverte a hipótese anterior, tornando as disposições dos acordos coletivos prevalecentes em relação as convenções.</i>
--	--	---

VALOR DAS MULTAS

	"Art. 634."	
	§ 1o"	
	§ 2o Os valores das multas administrativas expressos em moeda corrente serão reajustados anualmente pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou pelo índice que vier a substituí-lo." (NR)	<i>Estabelece a fixação anual do valor das multas.</i>

COMPETÊNCIA

Art. 652 - Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento: (Vide Constituição Federal de 1988)	"Art. 652. Compete às Varas do Trabalho:"	
	f) decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria de competência da Justiça do Trabalho." (NR)	<i>Cria a hipótese da homologação do acordo extrajudicial.</i>

SÚMULAS - REGRAS DE APROVAÇÃO

	"Art. 702."	
	I -"	

<p>f) estabelecer súmulas de jurisprudência uniforme, na forma prescrita no Regimento Interno. (Redação dada pela Lei nº 7.033, de 5.10.1982)</p>	<p>f) estabelecer ou alterar súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme, pelo voto de pelo menos dois terços de seus membros, caso a mesma matéria já tenha sido decidida de forma idêntica por unanimidade em, no mínimo, dois terços das turmas em pelo menos dez sessões diferentes em cada uma delas, podendo, ainda, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial;</p>	<p><i>Cria regras para aprovação de Súmulas.</i></p>
	<p>§ 3o As sessões de julgamento sobre estabelecimento ou alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência deverão ser públicas, divulgadas com, no mínimo, trinta dias de antecedência, e deverão possibilitar a sustentação oral pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Advogado-Geral da União e por confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.</p>	<p><i>Idem.</i></p>
	<p>§ 4o O estabelecimento ou a alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho deverão observar o disposto na alínea f do inciso I e no § 3o deste artigo, com rol equivalente de legitimados para sustentação oral, observada a abrangência de sua circunscrição judiciária.” (NR)</p>	<p><i>Idem.</i></p>

CONTAGEM DE PRAZOS

<p>“Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.</p>	<p>“Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.</p>	<p><i>Estabelece que os prazos passam a ser contados em dias úteis.</i></p>
	<p>§ 1o Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, nas seguintes hipóteses: I - quando o juízo entender necessário; II - em virtude de força maior, devidamente comprovada.</p>	<p><i>Autoriza a prorrogação dos prazos.</i></p>

	§ 2o Ao juízo incumbe dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.” (NR)	<i>Autoriza a dilatação dos prazos e a alteração da ordem de produção dos meios de prova.</i>
--	--	---

LIMITE CUSTAS

Art. 789. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e serão calculadas: (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)	“Art. 789. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão calculadas:	<i>Fixa limite máximo às custas processuais, correspondente a quatro vezes o maior benefício do INSS.</i>
---	---	---

JUSTIÇA GRATUITA

” (NR)	
	“Art. 790.	
	§ 3o É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.	<i>Limita a concessão dos benefícios da justiça gratuita aos empregados que recebam menos do que 40% do maior benefício do INSS.</i>
	§ 4o O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.” (NR)	<i>Autoriza o benefício a quem comprovar insuficiência de recursos.</i>

HONORÁRIOS PERICIAIS

<p>Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita. (Incluído pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)</p>	<p>“Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.</p>	<p><i>Estabelece que a parte sucumbente com o objeto da perícia deverá pagar os honorários.</i></p>
	<p>§ 1o Ao fixar o valor dos honorários periciais, o juízo deverá respeitar o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.</p>	<p><i>Determina que se observe o limite máximo do CSJT.</i></p>
	<p>§ 2o O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais.</p>	<p><i>Autoriza o parcelamento dos honorários e veda a antecipação.</i></p>
	<p>§ 3o O juízo não poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias.</p>	
	<p>§ 4o Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no caput, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo.” (NR)</p>	<p><i>Estabelece a hipótese de que os honorários sejam pagos pela União aos beneficiários da justiça gratuita, que não tenham valores a receber, inclusive em outro processo.</i></p>

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

	<p>“Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.</p>	<p><i>Fixa os honorários advocatícios.</i></p>
	<p>§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.</p>	<p><i>Idem.</i></p>
	<p>§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.</p>	<p><i>Cria os critérios de fixação.</i></p>

	§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitraré honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.	<i>idem.</i>
	§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.	<i>Estabelece regras de incidência dos honorários para o beneficiário da Justiça Gratuita.</i>
	§ 5o São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.”	<i>Fixa critérios no caso de reconvenção.</i>

DANO PROCESSUAL

	“TÍTULO X CAPÍTULO II	
	Seção IV-A Da Responsabilidade por Dano Processual	
	Art. 793-A. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente.’	<i>Regulamenta a hipótese de dano processual, em caso de litigância de má-fé.</i>
	Art. 793-B. Considera-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.’	<i>idem.</i>

	Art. 793-C. De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.	<i>Fixa multa de 1 a 10%.</i>
	§ 1o Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.	<i>Fixa os critérios para aplicação da multa.</i>
	§ 2o Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.	<i>idem.</i>
	§ 3o O valor da indenização será fixado pelo juízo ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.'	<i>idem.</i>
	Art. 793-D. Aplica-se a multa prevista no art. 793-C desta Consolidação à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.	<i>Fixa multa para testemunha que altere a verdade dos fatos ou omita fato essencial.</i>
	Parágrafo único. A execução da multa prevista neste artigo dar-se-á nos mesmos autos.'"	<i>Cria os critérios de cobrança.</i>

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

Art. 800 - Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.	"Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.	<i>Contempla a forma para arguição da incompetência territorial.</i>
	§ 1o Protocolada a petição, será suspenso o processo e não se realizará a audiência a que se refere o art. 843 desta Consolidação até que se decida a exceção.	<i>idem.</i>

	§ 2o Os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que intimará o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de cinco dias.	<i>idem.</i>
	§ 3o Se entender necessária a produção de prova oral, o juízo designará audiência, garantindo o direito de o excipiente e de suas testemunhas serem ouvidos, por carta precatória, no juízo que este houver indicado como competente.	<i>idem.</i>
	§ 4o Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.” (NR)	<i>idem.</i>

ÔNUS DA PROVA

Art. 818 - A prova das alegações incumbe à parte que as fizer.	“Art. 818. O ônus da prova incumbe: I - ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.	<i>Regulamenta o ônus da prova.</i>
	§ 1o Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.	<i>idem.</i>
	§ 2o A decisão referida no § 1o deste artigo deverá ser proferida antes da abertura da instrução e, a requerimento da parte, implicará o adiamento da audiência e possibilitará provar os fatos por qualquer meio em direito admitido.	<i>idem.</i>
	§ 3o A decisão referida no § 1o deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.” (NR)	<i>idem.</i>

PETIÇÃO INICIAL

	“Art. 840.	
§ 1º - Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do Presidente da Junta, ou do juiz de direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.	§ 1o Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.	<i>Estabelece os requisitos da petição inicial. Observar que deve ser dado valor aos pedidos.</i>
§ 2º - Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em 2 (duas) vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.	§ 2o Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no § 1o deste artigo.	<i>Idem.</i>
	§ 3o Os pedidos que não atendam ao disposto no § 1o deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito.” (NR)	<i>Idem.</i>

DESISTÊNCIA

	“Art. 841.	
	§ 3o Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante não poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.” (NR)	<i>Impossibilita a desistência sem o consentimento da parte contrária, depois de formalizada a lide.</i>

PREPOSTO

	“Art. 843.	
	§ 3o O preposto a que se refere o § 1o deste artigo não precisa ser empregado da parte reclamada.” (NR)	<i>Afasta a necessidade de que o preposto seja empregado ou sócio da empresa.</i>

ARQUIVAMENTO/REVELIA

	“Art. 844.	
	§ 1o Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.	<i>Possibilita a redesignação.</i>
	§ 2o Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consolidação, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.	<i>Obriga ao pagamento de custas, mesmo o beneficiário de justiça gratuita, salvo comprovação de a ausência é justificada.</i>
	§ 3o O pagamento das custas a que se refere o § 2o é condição para a propositura de nova demanda.	<i>Vinula a comprovação do pagamento das custas para distribuição de nova ação.</i>
	§ 4o A revelia não produz o efeito mencionado no caput deste artigo se: I - havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação; II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis; III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; IV - as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.	<i>Limita os efeitos da revelia.</i>
	§ 5o Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.”(NR)	<i>Autoriza a apresentação de defesa no caso de falta do preposto.</i>

DEFESA PJE

	“Art. 847.	
	Parágrafo único. A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.” (NR)	<i>Autoriza a apresentação da defesa até a data da audiência.</i>

INCIDENTE DE DESPERSONIFICAÇÃO PJ

	<p>“TÍTULO X</p> <p>.....</p> <p>CAPÍTULO III</p> <p>..... Seção</p> <p>IV Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ‘Art. 855-A. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.</p>	<p><i>Cria o incidente de despersonificação da pessoa jurídica, que se torna essencial para prosseguimento da ação contra os sócios.</i></p>
	<p>§ 1o Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente: I - na fase de cognição, não cabe recurso de imediato, na forma do § 1o do art. 893 desta Consolidação; II - na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo; III - cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.</p>	<p><i>Idem.</i></p>
	<p>§ 2o A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).’</p>	<p><i>Idem.</i></p>

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL

	<p>CAPÍTULO III-A DO PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL ‘Art. 855-B. O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.</p>	<p><i>Cria o procedimento para homologação de acordo extrajudicial.</i></p>
	<p>§ 1o As partes não poderão ser representadas por advogado comum.</p>	<p><i>Idem.</i></p>
	<p>§ 2o Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.’</p>	<p><i>Idem.</i></p>
	<p>Art. 855-C. O disposto neste Capítulo não prejudica o prazo estabelecido no § 6o do art. 477 desta Consolidação e não afasta a aplicação da multa prevista no § 8o art. 477 desta Consolidação.’</p>	<p><i>Idem.</i></p>

	Art. 855-D. No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.’	<i>Idem.</i>
	Art. 855-E. A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados. Parágrafo único. O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.”	<i>Idem.</i>

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS

	“Art. 876.	
	Parágrafo único. A Justiça do Trabalho executará, de ofício, as contribuições sociais previstas na alínea a do inciso I e no inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos que homologar.” (NR)	<i>A Justiça do Trabalho tem competência para executar as contribuições previdenciárias incidentes sobre as verbas objeto da condenação.</i>

EXECUÇÃO

Art. 878 - A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou ex officio pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente, nos termos do artigo anterior. Parágrafo único - Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.	“Art. 878. A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado. Parágrafo único. (Revogado).” (NR)	<i>Suprime a hipótese de execução pelo MPT.</i>
--	---	---

CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

	“Art. 879.	
--	--------------------------	--

	§ 2o Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.	<i>Reduz prazo para apresentação dos cálculos de liquidação, mas torna-o prazo comum.</i>
	§ 7o A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei no 8.177, de 1o de março de 1991.” (NR)	<i>Fixa a “TR” como índice de correção monetária.</i>

GARANTIA DO JUÍZO

	“Art. 882. O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no art. 835 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.” (NR)	<i>Estabelece a possibilidade de se garantir o Juízo com seguro-garantia judicial ou nomeação de bens.</i>
--	--	--

BNDT OU PROTESTO

	“Art. 883-A. A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.”	<i>Fixa prazo de 45 dias para inscrição no protesto ou BNDT.</i>
--	---	--

GARANTIA DO JUÍZO

	“Art. 884.	
	§ 6o A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.” (NR)	<i>Afasta a exigência de garantia do juízo para entidades filantrópicas.</i>

RECURSO DE REVISTA

	“Art. 896.	
	§ 1o-A.	
	IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.	<i>Torna necessário indicar o trecho dos ED no caso de preliminar de negativa.</i>
§ 3o Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência e aplicação, nas causas da competência da Justiça do Trabalho, no que couber, o incidente de uniformização de jurisprudência previsto nos termos do Capítulo I do Título IX do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (Redação dada pela Lei nº 13.015, de 2014)	§ 3o (Revogado).	<i>Revoga o procedimento de uniformização.</i>
	§ 4o (Revogado).	<i>Revoga o procedimento de uniformização.</i>
§ 5o A providência a que se refere o § 4o deverá ser determinada pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, ao emitir juízo de admissibilidade sobre o recurso de revista, ou pelo Ministro Relator, mediante decisões irrecorríveis. (Redação dada pela Lei nº 13.015, de 2014)	§ 5o (Revogado).	<i>Revoga o procedimento de uniformização.</i>
	§ 6o (Revogado).	<i>Revoga o procedimento de uniformização.</i>

	
	§ 14. O relator do recurso de revista poderá denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, nas hipóteses de intempestividade, deserção, irregularidade de representação ou de ausência de qualquer outro pressuposto extrínseco ou intrínseco de admissibilidade.” (NR)	<i>Estabelece a decisão monocrática.</i>
	“Art. 896-A. § 1o São indicadores de transcendência, entre outros: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.	<i>Fixa os critérios de transcendência.</i>
	§ 2o Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo desta decisão para o colegiado.	<i>Cria a possibilidade de decisão monocrática na ausência de transcendência.</i>
	§ 3o Em relação ao recurso que o relator considerou não ter transcendência, o recorrente poderá realizar sustentação oral sobre a questão da transcendência, durante cinco minutos em sessão.	<i>idem.</i>
	§ 4o Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal.	<i>idem.</i>
	§ 5o É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.	<i>idem.</i>

	§ 6o O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.” (NR)	<i>idem.</i>
--	--	--------------

DEPÓSITO RECURSAL

	“Art. 899.	
§ 4º - O depósito de que trata o § 1º far-se-á na conta vinculada do empregado a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, aplicando-se-lhe os preceitos dessa Lei observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º. (Redação dada pela Lei nº 5.442, 24.5.1968)	§ 4o O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança.	<i>Cria nova regra para o depósito recursal, que deverá ser feita em conta vinculada ao Juízo. Deve-se aguardar regulamentação.</i>
§ 5º - Se o empregado ainda não tiver conta vinculada aberta em seu nome, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a empresa procederá à respectiva abertura, para efeito do disposto no § 2º. (Redação dada pela Lei nº 5.442, 24.5.1968)	§ 5o (Revogado).	<i>Idem.</i>
	§ 9o O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.	<i>Reduz pela metade o depósito para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte.</i>
	§ 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.	<i>Isenta do depósito as entidades filantrópicas e empresas em recuperação judicial.</i>
	§ 11. O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.” (NR)	<i>Autoriza a substituição do depósito por fiança bancária ou seguro-garantia judicial.</i>

Capítulo II

Lei 6.019/74 e Lei 13.467/2017

Comentários

LEI 6.019/74	LEI 13.467/2017	COMENTÁRIOS
--------------	-----------------	-------------

TERCEIRIZAÇÃO

	Art. 2o A Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 4o-A. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos.	“Art. 4o-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.” (NR)	<i>Especifica o que é passível de terceirização.</i>
	“Art. 4o-C. São asseguradas aos empregados da empresa prestadora de serviços a que se refere o art. 4o-A desta Lei, quando e enquanto os serviços, que podem ser de qualquer uma das atividades da contratante, forem executados nas dependências da tomadora, as mesmas condições: I - relativas a: a) alimentação garantida aos empregados da contratante, quando oferecida em refeitórios; b) direito de utilizar os serviços de transporte; c) atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências da contratante ou local por ela designado; d) treinamento adequado, fornecido pela contratada, quando a atividade o exigir. II - sanitárias, de medidas de proteção à saúde e de segurança no trabalho e de instalações adequadas à prestação do serviço.	<i>Fixa quais são os direitos aplicáveis aos empregados terceirizados no âmbito da tomadora.</i>

	§ 1o Contratante e contratada poderão estabelecer, se assim entenderem, que os empregados da contratada farão jus a salário equivalente ao pago aos empregados da contratante, além de outros direitos não previstos neste artigo.	<i>Esclarece que os salários dos terceirizados somente serão equiparados ao dos empregados da tomadora se houver previsão no contrato de prestação de serviços.</i>
	§ 2o Nos contratos que impliquem mobilização de empregados da contratada em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos empregados da contratante, esta poderá disponibilizar aos empregados da contratada os serviços de alimentação e atendimento ambulatorial em outros locais apropriados e com igual padrão de atendimento, com vistas a manter o pleno funcionamento dos serviços existentes.”	<i>Autoriza a fornecer as condições mínimas por meio alternativo.</i>
Art. 5o-A. Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços determinados e específicos.	“Art. 5o-A. Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal.” (NR)	<i>Amplia a hipótese da terceirização para toda e qualquer atividade, inclusive a principal.</i>
	“Art. 5o-C. Não pode figurar como contratada, nos termos do art. 4o-A desta Lei, a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos dezoito meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, exceto se os referidos titulares ou sócios forem aposentados.”	<i>Impede que haja a terceirização, por dezoito meses, através de empresas cujos sócios tenham sido empregados da tomadora.</i>
	“Art. 5o-D. O empregado que for demitido não poderá prestar serviços para esta mesma empresa na qualidade de empregado de empresa prestadora de serviços antes do decurso de prazo de dezoito meses, contados a partir da demissão do empregado.”	<i>Impede a terceirização de empregados da tomadora por 18 meses.</i>

Capítulo III

Lei 8.036/90 e Lei 13.467/2017 Comentários

LEI 8.036/90	LEI 13.467/2017	COMENTÁRIOS
--------------	-----------------	-------------

LEI FGTS

	Art. 2o A Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 4o-A. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos.	“Art. 4o-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.” (NR)	<i>Especifica o que é passível de terceirização.</i>

Capítulo IV

Lei 8.212/91 e Lei 13.467/2017

Comentários

LEI 8.212/91	LEI 13.467/2017	COMENTÁRIOS
--------------	-----------------	-------------

LEI CUSTEIO INSS

	Art. 4o O art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
	“Art. 28.	
§ 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: a) o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal; (Incluída pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)	§ 8o (Revogado). a) (revogada);	<i>Ajusta a Lei de custeio da Previdência as novas disposições da CLT.</i>
	§ 9o	
h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;	h) as diárias para viagens;	<i>idem.</i>
q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa;	q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares;	<i>idem.</i>

	z) os prêmios e os abonos.” (NR)	<i>idem.</i>
	<p>Art. 5o Revogam-se: I - os seguintes dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943: a) § 3o do art. 58; b) § 4o do art. 59; c) art. 84; d) art. 86; e) art. 130-A; f) § 2o do art. 134; g) § 3o do art. 143; h) parágrafo único do art. 372; i) art. 384; j) §§ 1o, 3o e 7o do art. 477; k) art. 601; l) art. 604; m) art. 792; n) parágrafo único do art. 878; o) §§ 3o, 4o, 5o e 6o do art. 896; p) § 5o do art. 899; II - a alínea a do § 8o do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; III - o art. 2o da Medida Provisória no 2.226, de 4 de setembro de 2001.</p> <p>Art. 6o Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial. Brasília, 13 de julho de 2017; 196o da Independência e 129o da República.</p>	<i>Especifica os artigos revogados.</i>

SEINESP

Sindicato de Empresas de Internet
do Estado de São Paulo

Rua da Quitanda, 96 – conj. 31 – Centro.
01012-010 São Paulo, SP

11 3078-3058 | seinesp@seinesp.org.br | www.seinesp.org.br